



2º SIMULADO ESPECIAL

CNU

— BLOCO TEMÁTICO 9 —
Intermediário: Regulação

Pós-Edital

Simulado

2º Simulado Especial CNU (Bloco Temático 9)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **CNU**, cargo de **Bloco Temático 9 - Intermediário: Regulação**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/hVQYVQmVv5zsbeWe9>

01 - A B C D E	15 - A B C D E	29 - A B C D E	43 - A B C D E	57 - A B C D E
02 - A B C D E	16 - A B C D E	30 - A B C D E	44 - A B C D E	58 - A B C D E
03 - A B C D E	17 - A B C D E	31 - A B C D E	45 - A B C D E	59 - A B C D E
04 - A B C D E	18 - A B C D E	32 - A B C D E	46 - A B C D E	60 - A B C D E
05 - A B C D E	19 - A B C D E	33 - A B C D E	47 - A B C D E	61 - A B C D E
06 - A B C D E	20 - A B C D E	34 - A B C D E	48 - A B C D E	62 - A B C D E
07 - A B C D E	21 - A B C D E	35 - A B C D E	49 - A B C D E	63 - A B C D E
08 - A B C D E	22 - A B C D E	36 - A B C D E	50 - A B C D E	64 - A B C D E
09 - A B C D E	23 - A B C D E	37 - A B C D E	51 - A B C D E	65 - A B C D E
10 - A B C D E	24 - A B C D E	38 - A B C D E	52 - A B C D E	66 - A B C D E
11 - A B C D E	25 - A B C D E	39 - A B C D E	53 - A B C D E	67 - A B C D E
12 - A B C D E	26 - A B C D E	40 - A B C D E	54 - A B C D E	68 - A B C D E
13 - A B C D E	27 - A B C D E	41 - A B C D E	55 - A B C D E	
14 - A B C D E	28 - A B C D E	42 - A B C D E	56 - A B C D E	

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/FHe5>

LÍNGUA PORTUGUESA*Fábricio Dutra*

1. Ninguém discute nada seriamente na presença de 400 pessoas.
- a) A frase afirma que discussões sérias são menos produtivas quando feitas diante de públicos medianos.
- b) O enunciado sugere que a presença de um grande público pode tornar as discussões menos profundas ou mais superficiais.
- c) De acordo com a frase, quanto maior o número de participantes ativos em uma discussão, menos rica será a troca de ideias.
- d) A frase considera impossível qualquer tipo de discussão quando há um público numeroso.
- e) A frase defende que a presença de 400 pessoas é necessária para garantir a legitimidade de um debate.
2. Assinale a alternativa que apresenta uma visão positiva da política.
- a) A política não é uma ciência exata.
- b) Errar é humano. Culpar outra pessoa é política.
- c) A política é uma coisa muito séria para ser deixada nas mãos dos políticos.
- d) Política é a arte de governar com o máximo de promessas e o mínimo de realizações.
- e) Não se faz política sem vítimas.
3. Assinale a opção em que a preposição destacada (contraída ou não) não tenha sido exigência de algum elemento da oração.
- a) A política depende mais ou menos dos políticos.
- b) A política consiste em escolher entre o desagradável e o desastroso.
- c) A política sempre foi o jogo da intriga.
- d) Detesto política. Eu gosto de politicagem.
- e) Quem acredita em políticos fica com o menor pedaço do bolo.

4. Certa vez, um político, que ficou milionário por meio de corrupção, disse:

“Não sou um político preso. Sou um preso político”. Sobre essa construção, assinale a alternativa correta:

a) Em ambas as ocorrências, o termo “político” exerce a mesma função morfológica.

b) No primeiro enunciado, “político” qualifica o tipo de prisão; no segundo, qualifica a atividade profissional do sujeito.

c) A inversão entre “político preso” e “preso político” gera um contraste de sentidos, explorando a ambiguidade da palavra “político” conforme sua posição na estrutura frasal.

d) Na primeira construção, é acentuado o papel de injustiça pela qual o político diz ser vítima.

e) No segundo enunciado, “preso” exerce função de núcleo do sujeito da oração.

5. Assinale a alternativa em que o adjetivo destacado expresse relação.

- a) A retórica vazia daquele candidato é idêntica à do adversário.
- b) As promessas ilusórias são pontuais em todos os partidos.
- c) O plano econômico proposto é tão arriscado quanto o anterior.
- d) As medidas impopulares do prefeito foram tão desastrosas quanto as do mandato anterior.
- e) As declarações arrogantes do ministro foram muito ofensivas.

2º Simulado Especial CNU (Bloco Temático 9) - 09/08/2025

6. Assinale a alternativa que apresenta a oração destacada que trabalhe com a ideia de oposição de maneira diferente das demais.

a) O candidato prometeu transparência, **mas ocultou dados relevantes do orçamento.**

b) O político mantém alta popularidade, **embora tenha um histórico de problemas com a justiça.**

c) A reforma se fez necessária, **contudo era impopular.**

d) A população foi às ruas protestar, **porém o governador manteve sua decisão.**

e) Ele tem boa oratória, **entretanto evita debates.**

7. Assinale a opção em que tenha ocorrido um erro de pontuação.

a) A política, quando justa é a arte de transformar o poder em bem comum.

b) Sem política, a sociedade seria apenas a soma de interesses egoístas, e não um projeto coletivo.

c) A política revela o quanto somos capazes de cuidar não apenas de nós, mas também do destino do outro.

d) A verdadeira política é aquela que não se curva à vaidade do poder, mas se ergue pela dignidade do povo.

e) Negar a política é renunciar ao diálogo, que nos torna humanos e livres.

8. Assinale a alternativa que apresente deslize quanto ao emprego de acento grave:

a) O candidato respondeu à pergunta com firmeza, mas desviou-se da crítica principal.

b) A proposta foi apresentada àquela comissão de ética antes da votação.

c) O prefeito recorreu à assessoria jurídica para esclarecer a denúncia.

d) Durante o discurso, ele aludiu à Constituição de 1988.

e) A reforma política promove à melhoria do sistema representativo.

9. Todas as frases a seguir mostram repetições de mesmas palavras, sendo esse um processo de coesão. Assinale a opção que apresenta a estratégia que não está corretamente indicada em relação a esse processo:

a) *A política é política quando serve ao bem comum, e não aos interesses privados.* / repetição por ênfase semântica.

b) *Prometeu, prometeu, prometeu... e não cumpriu nada.* / repetição por expressividade.

c) *O problema do governo não é o governo, mas a ausência de diálogo.* / repetição por jogo de sentidos.

d) *Quem mente, mente para todos — e também para si mesmo.* / repetição por adversidade.

e) *Justiça é justiça quando não se curva ao poder, seja ele qual for.* / repetição por reafirmação definidora.

10. Assinale a alternativa que tenha sido empregado o método indutivo de raciocínio.

a) Diversas comunidades que investiram em conselhos participativos conseguiram melhorar a gestão local; por isso, a política bem conduzida é capaz de transformar realidades.

b) A política é a base da convivência civilizada e deve, por isso, ser respeitada como pilar da sociedade.

c) Mesmo com falhas, a política é o único meio legítimo de organizar a vida pública.

d) Mesmo com falhas, a política é o único meio legítimo de organizar a vida pública.

e) A política deve ser valorizada porque é por meio dela que se definem leis e normas que regem a vida em comum.

REALIDADE BRASILEIRA**Géssica Ehle**

11. Quanto ao direito à inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença, e à função da religião nas prisões, leia o trecho a seguir:



Religiões de matriz africana são disseminadas dentro de presídios femininos — Foto: Reprodução/TV Globo

O Profissão Repórter desta terça-feira (15/04/2025) visitou penitenciárias de três estados do Brasil para saber qual é o poder da religião e a força da fé dentro das cadeias. No Rio de Janeiro, a equipe acompanhou a umbandista Mãe Flávia em uma visita às penitenciárias femininas de Seropédica. Representantes de religiões africanas estão cadastrados para ir em todos os presídios federais, mas só cinco estados disseram que têm cadeias visitadas por estes religiosos. A assistência religiosa nas cadeias é garantida por lei e deve ser oferecida a todas as religiões, respeitando a laicidade do Estado. Uma resolução nacional veda qualquer forma de proselitismo — quando se tenta impor uma religião aos outros — e exige que as penitenciárias mantenham espaços inter-religiosos. No entanto, representantes de religiões afro-brasileiras relatam dificuldades para exercer sua fé em igualdade.

Fonte: g1.com

A Resolução CNPCP nº 34 defende o livre exercício de cultos religiosos e a prestação de assistência religiosa nos espaços de privação de liberdade. No que se refere ao direito à inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença, e à narrativa exposta pelo trecho da reportagem acima, é correto afirmar que:

- a) O Estado é laico, mas defende que haja proselitismo religioso em determinados estabelecimentos prisionais.
- b) Embora o Estado promova a diversidade religiosa, não há norma federal que garanta a assistência religiosa aos praticantes de religiões de matrizes africanas submetidos à pena privativa de liberdade.
- c) A Constituição Federal de 1988 assegura a liberdade de consciência e de crença, definindo que será direito daqueles que estiverem internados em hospitais ou em outras instituições de internação coletiva, ou submetidos a pena privativa de liberdade, receberem assistência de um padre.
- d) De acordo com o exposto pelo trecho da reportagem, o Estado brasileiro contém normas que asseguram a liberdade de consciência e de crença, contudo, persistem alguns desafios para a promoção da equidade no gozo de tal direito, especialmente pelos praticantes de religiões afro-brasileiras.
- e) A questão retrata um avanço normativo quanto à diversidade religiosa, demonstrando que o Brasil já atingiu o cenário ideal na promoção do direito à inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença, especialmente para aqueles que buscam assistência sócioespiritual estando privados de sua liberdade.

12. A capoeira é reconhecida como desporto de criação nacional, nos termos do art. 217 da Constituição Federal. Ademais, a atividade de capoeirista será reconhecida em todas as modalidades em que a capoeira se manifesta, seja como esporte, luta, dança ou música, sendo livre o seu exercício em todo o território nacional. Tais afirmações são encontradas junto ao Estatuto da Igualdade Racial, Lei n. 12.288/2010.

Diante do respeito à prática da capoeira, tem-se que a mesma:

- a) é considerada de ensino facultativo em escolas fora de áreas ocupadas por povos originários e tribais e de presença obrigatória nas redes escolares existentes dentro do espaço de terras tradicionalmente ocupadas.
- b) será de ensino obrigatório em toda a rede regular de ensino público, durante toda a educação básica.
- c) o poder público buscará garantir, por meio dos atos normativos necessários, a preservação dos elementos formadores tradicionais da capoeira nas suas relações internacionais, devendo ser ensinada em todas as instituições públicas e privadas.
- d) é facultado o ensino da capoeira, nas instituições públicas e privadas, por capoeiristas e mestres tradicionais, pública e formalmente reconhecidos.
- e) o ensino da capoeira poderá ser ministrado por profissionais que se digam aptos, como professores de Educação Física, sendo a matrícula facultativa em todas as instituições públicas e privadas.

13. Atualmente, encontra-se em tramitação o PL 1.819/2024 que visa a acrescentar dispositivo ao Estatuto da Pessoa Idosa para prever a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas em concursos públicos a pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. Dentre outros requisitos, o Projeto estabelece que a reserva deverá ser aplicada sempre que o número de vagas oferecidas no concurso público for igual ou superior a 20 (vinte). Junto à justificativa, o Deputado Ossésio Silva aduz que, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2018, cerca de 30% da população economicamente ativa encontrava-se na idade entre 45 e 65 anos. São dados aproximados, mas que revelam um envelhecimento gradativo da população e acende um alerta para a necessidade de preservar os empregos dos trabalhadores idosos com dificuldades de acesso ao trabalho em razão da idade.

Quanto à finalidade precípua pela qual se deva aprovar normas que apresentem reserva de vagas (cotas), é incorreto afirmar que:

- a) a reserva de vagas é medida especial que visa promover a inclusão de grupos que, historicamente, foram marginalizados e desfavorecidos.
- b) uma Lei de Cotas busca ser medida eficaz no combate à discriminação, ao preconceito e na promoção da igualdade de oportunidades.
- c) a reserva de vagas em concursos públicos visa, dentre outros objetivos, a fazer com que o Estado reflita sua diversidade e a norma cumpre funções reparatórias, representativas e democráticas.
- d) em regra, toda ação afirmativa visa a promover a igualdade e combater a desigualdade, atuando como símbolo de justiça e compromisso com aqueles que mais precisam.
- e) uma Lei de Cotas deverá apresentar mecanismos legais para garantir acesso ao trabalho público, colocando em posição de superioridade grupos historicamente desfavorecidos, o que justificaria a aprovação do referido Projeto.

REALIDADE BRASILEIRA*Leandro Signori*

14. As deficiências históricas em infraestrutura de transporte, energia e saneamento nas regiões Norte e Nordeste têm impacto direto na atração de investimentos, no custo logístico e na integração produtiva nacional. Em contraste, o Centro-Sul concentra os principais corredores logísticos e polos industriais, ampliando seu poder de comando sobre o território.

Sobre esse processo, é correto afirmar:

- a) A interiorização da produção agroexportadora tem promovido a redução das desigualdades regionais por meio da desconcentração logística.
- b) O investimento em infraestrutura nas regiões periféricas do Brasil tem sido constante e proporcional às suas necessidades históricas.
- c) O modelo de desenvolvimento logístico brasileiro reforça desigualdades regionais, pois prioriza corredores de exportação em detrimento da integração regional.
- d) A integração rodoviária e ferroviária no Norte do Brasil é superior à do Sul e Sudeste, devido aos investimentos do PAC nos anos 2000.
- e) A localização de grandes obras de infraestrutura é definida tecnicamente, sem influência de disputas políticas ou interesses geoconômicos.

15. A principal crítica ao uso exclusivo do PIB como indicador de desenvolvimento é:

- a) Sua complexidade estatística.
- b) A dificuldade de comparar entre países.
- c) A falta de relação com os indicadores de felicidade.
- d) A ausência de dados sobre produção informal.
- e) Sua incapacidade de refletir desigualdades sociais e ambientais.

16. A respeito da relação entre crescimento econômico e desenvolvimento, avalie as proposições:

- I. Crescimento econômico implica, necessariamente, melhoria nas condições sociais da população.
- II. O conceito de desenvolvimento econômico abrange não apenas o aumento da produção, mas também aspectos distributivos, institucionais e sociais.
- III. É possível haver crescimento econômico com aumento da desigualdade social e concentração de renda.
- IV. O crescimento econômico, por si só, é suficiente para reverter legados históricos de exclusão.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas I, II e III estão corretas.
- b) Apenas II e III estão corretas.
- c) Apenas II está correta.
- d) Apenas I e IV estão corretas.
- e) Todas estão corretas.

17. Com a emergência climática se intensificando, cresce a expectativa internacional sobre o papel do Brasil na governança ambiental global. Detentor da maior parte da Floresta Amazônica e com destaque na produção de energia renovável, o país participa ativamente de fóruns multilaterais, mas enfrenta desafios internos de coerência entre discurso e prática.

Com base nesse cenário, assinale a alternativa correta:

- a) O Brasil, por ser considerado uma potência ambiental, está dispensado de apresentar metas climáticas nos acordos internacionais.
- b) O protagonismo climático do Brasil se consolida quando há coerência entre os compromissos internacionais assumidos e a política ambiental interna.
- c) O Brasil possui autonomia para desconsiderar tratados climáticos multilaterais, já que não é signatário do Acordo de Paris.
- d) A Amazônia brasileira é uma zona internacionalizada sob tutela da ONU para garantir a preservação ambiental.
- e) A liderança do Brasil na COP se dá exclusivamente pelo fato de ter a maior matriz energética baseada em fontes fósseis da América do Sul.

18. A mobilidade urbana é um dos maiores desafios das grandes cidades brasileiras. O deslocamento diário de trabalhadores e estudantes entre cidades vizinhas e centros metropolitanos, conhecido como migração pendular, afeta diretamente a qualidade de vida da população.

Nesse contexto, assinale a alternativa correta:

- a) A migração pendular intensifica-se apenas nas capitais, não sendo observada em cidades médias ou pequenas.
- b) O movimento pendular resulta em aumento da poluição atmosférica e sonora, mas pouco influencia os custos logísticos das empresas urbanas.

c) As populações com maior poder aquisitivo são as mais afetadas pela migração pendular, dada sua maior dependência do transporte público.

d) A concentração de empregos e de serviços nas cidades centrais contribui para o aumento dos deslocamentos intermunicipais diários.

e) O movimento pendular diminuiu nas últimas décadas, em virtude da descentralização industrial e da interiorização dos serviços de saúde e educação.

19. A desigualdade de renda no Brasil é grave, mas a desigualdade de riqueza é ainda mais profunda e resistente à mudança. A acumulação histórica de ativos por uma elite restrita — via heranças, propriedade da terra, renda do capital e privilégios fiscais — cria um sistema que concentra poder político e econômico. A ausência de um sistema tributário progressivo e a leniência com o topo da pirâmide reforçam a rigidez dessa estrutura.

Com base nesse diagnóstico, é correto afirmar:

- a) A concentração de riqueza perpetua desigualdades intergeracionais e enfraquece a democracia.
- b) O combate à pobreza é suficiente para garantir igualdade de oportunidades.
- c) A desigualdade patrimonial é transitória e se resolve com crescimento econômico.
- d) O Brasil possui uma das estruturas fiscais mais progressivas do mundo.
- e) O acesso ao crédito e ao consumo garante plena mobilidade social.

2º Simulado Especial CNU (Bloco Temático 9) - 09/08/2025

20. Embora o Brasil possua uma matriz energética majoritariamente renovável, é também um dos maiores emissores globais de gases de efeito estufa, sobretudo por mudanças no uso da terra, como o desmatamento e a expansão da agropecuária. Esse paradoxo ambiental coloca desafios à ambição brasileira de alcançar a neutralidade de carbono até 2050.

Dante disso, assinale a alternativa correta:

- a) A agropecuária de baixo carbono foi abandonada no Brasil por ser considerada tecnicamente inviável e de alto custo.
- b) A conversão de vegetação nativa para pastagens e monoculturas tem impacto neutro, pois é compensada pela energia limpa produzida no país.
- c) A matriz energética brasileira garante a neutralidade climática independentemente da atuação nos setores de agricultura e uso da terra.
- d) A descarbonização da economia brasileira depende não só da matriz energética, mas também da contenção do desmatamento e da mudança de práticas agropecuárias.
- e) A meta de zerar emissões líquidas até 2050 é juridicamente vinculante e exige do Brasil o fim imediato de todo tipo de exploração agrícola.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Fabiano Pereira*

21. No município de Boa Esperança, o secretário de Obras, Rafael, decidiu contratar diretamente uma empresa de pavimentação para reparar ruas da cidade, sem realizar o devido processo licitatório, argumentando que a urgência da obra justificaria o ato, embora não houvesse previsão legal de dispensa nesse caso.

Com base no princípio da legalidade, assinale a opção correta.

- a) O princípio da legalidade impõe ao administrador público agir conforme a lei e também contra ela, desde que o ato seja realizado para atender ao interesse público.

- b) A legalidade administrativa exige que o gestor público atue exclusivamente conforme as determinações da lei, não podendo criar obrigações ou contratos sem previsão legal.
- c) O princípio da legalidade confere liberdade ilimitada à Administração para agir em prol do interesse coletivo, mesmo sem respaldo jurídico específico.
- d) A legalidade só se aplica a atos do Poder Legislativo, pois o Executivo tem autonomia plena para tomar decisões urgentes.
- e) O princípio da legalidade limita apenas os particulares, não possuindo efeitos diretos sobre os agentes públicos.

22. João, prefeito da cidade de Pedra Azul, decidiu criar uma autarquia para gerenciar o transporte público local. Para isso, enviou à Câmara Municipal um projeto de lei com o objetivo de criar uma pessoa jurídica de direito público, com autonomia administrativa, patrimonial e financeira, destinada a prestar serviços de interesse coletivo.

Com base na organização da Administração Pública, assinale a opção correta.

- a) A criação de autarquias pode ser feita por decreto do Chefe do Executivo, desde que haja previsão orçamentária e autorização administrativa, sem necessidade de lei.
- b) A autarquia, por ser vinculada ao município que a instituiu, faz parte da Administração Direta e não da Administração Indireta.
- c) A criação de autarquias depende da edição de lei específica, pois se trata de entidade com personalidade jurídica própria que integra a Administração Indireta.
- d) Autarquias são pessoas jurídicas de direito privado, o que lhes confere maior flexibilidade, isentando-as de normas como licitação e concurso público.
- e) Empresas públicas e sociedades de economia mista são espécies de autarquias, já que ambas prestam serviços de interesse público.

23. A servidora Maria, chefe do setor de obras, aplicou ao subordinado Pedro advertência por descumprimento injustificado. Em outra situação, um fiscal da prefeitura interditou um estabelecimento comercial irregular, mesmo diante da resistência do proprietário.

Considerando os poderes da Administração Pública, assinale a opção correta.

a) Maria exerceu poder de polícia, ao emitir ordens e aplicar sanção disciplinar ao subordinado, pois ambas as situações envolvem poder coercitivo.

b) A advertência aplicada por Maria é manifestação do poder disciplinar, que decorre diretamente do poder hierárquico e visa garantir a disciplina interna entre os servidores.

c) A interdição realizada pelo fiscal configura exercício do poder regulamentar, pois consiste em criar normas e impor restrições gerais para disciplinar atividades privadas.

d) O poder hierárquico confere à Administração, além de gerir seus servidores, a prerrogativa de restringir direitos e atividades dos particulares diretamente.

e) O poder disciplinar e o poder de polícia possuem natureza idêntica, uma vez que ambos buscam a manutenção da ordem e o cumprimento das normas.

24. Com base nos atributos e espécies dos atos administrativos, assinale a opção correta.

a) A execução imediata do ato, mesmo sem autorização judicial, demonstra o atributo da autoexecutoriedade, que confere eficácia direta às medidas da Administração.

b) A presunção de veracidade dos atos administrativos significa que eles jamais poderão ser contestados judicialmente, mesmo em caso de ilegalidade evidente.

c) A imperatividade exige autorização prévia do Poder Judiciário para que o ato administrativo produza efeitos coercitivos.

d) A portaria, por ser um ato normativo interno, não possui força obrigatória perante terceiros ou administrados.

e) A tipicidade confere ampla liberdade de forma à Administração, que pode escolher qualquer tipo de ato para atingir seus objetivos, sem depender de previsão legal.

25. O Tribunal de Contas do Estado de Aurora realizou auditoria financeira e operacional na Secretaria de Saúde, enquanto a própria secretaria instaurou sindicância para apurar irregularidades em contratos de fornecedores.

Considerando as formas de controle da Administração Pública, assinale a opção correta.

a) O Tribunal de Contas exerce controle interno, por integrar a estrutura do Poder Executivo, fiscalizando diretamente seus próprios atos.

b) A sindicância instaurada pela secretaria é exemplo de controle externo, por se tratar de revisão de legalidade realizada por órgão da própria Administração.

c) A auditoria do Tribunal de Contas é forma de controle externo, enquanto a sindicância é uma manifestação do controle interno da Administração.

d) Ambos os controles são políticos, já que envolvem recursos públicos e estão vinculados à função de fiscalização do Legislativo.

e) O controle interno é atribuição exclusiva dos órgãos de advocacia pública, como a Advocacia-Geral da União.

26. Durante uma feira cultural organizada pela prefeitura de Laranjeiras, uma estrutura metálica do palco cedeu, ferindo gravemente alguns visitantes. A perícia técnica concluiu que a estrutura estava mal instalada pela empresa contratada, e que não houve fiscalização adequada do município antes do evento.

Sobre a responsabilidade civil do Estado nessa situação, assinale a opção correta.

- a) A responsabilidade do município é subjetiva, sendo necessária prova da culpa do agente público que falhou na fiscalização.
- b) Este é um caso de risco integral, no qual o município deve indenizar independentemente de prova do nexo causal.
- c) A culpa exclusiva das vítimas afastaria automaticamente a responsabilidade do município, sem necessidade de análise técnica.
- d) A responsabilidade é objetiva, bastando a comprovação do dano e do nexo causal entre a omissão fiscalizatória do município e o acidente.
- e) A indenização só seria possível se houvesse contrato formal entre os visitantes e a prefeitura.

27. De acordo com a Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, assinale a alternativa **incorrecta**.

- a) A competência administrativa é irrenunciável, mas admite-se delegação ou avocação nos casos previstos em lei.
- b) É permitido que os atos do processo administrativo sejam realizados em qualquer dia e horário, desde que não causem prejuízo ao interessado.
- c) A Administração deve motivar seus atos quando estes negarem, limitarem ou afetarem direitos, bem como nos casos de anulação, revogação ou convalidação.
- d) Nos processos administrativos, as provas obtidas por meios ilícitos são inadmissíveis.
- e) A decisão administrativa deve ser proferida no prazo de 30 dias após a conclusão da instrução, podendo ser prorrogada por igual período, mediante justificativa expressa.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

28. Os princípios constitucionais são fundamentais para a interpretação e aplicação do ordenamento jurídico. Considerando a importância e a aplicação desses princípios na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- a) O princípio da legalidade, previsto na Constituição, significa que os atos da Administração Pública devem estar em conformidade com a lei, mas admite a atuação contrária à lei em situações excepcionais.
- b) O princípio da isonomia permite que a lei estabeleça tratamentos desiguais entre as pessoas, desde que haja justificativa plausível e não discriminatória.
- c) O princípio da separação dos poderes impede qualquer forma de cooperação entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, garantindo que atuem de forma totalmente independente e isolada.
- d) O princípio da dignidade da pessoa humana, consagrado na Constituição, serve como fundamento para a criação de direitos e deveres, mas sua aplicação prática é limitada apenas às questões de direito privado.
- e) O princípio da publicidade exige que todos os atos administrativos sejam publicados na íntegra em meios de comunicação, independentemente de seu conteúdo ou natureza.

29. João, brasileiro nato, mora na Espanha há 15 anos. Tendo constituído família na Espanha, não pretende retornar ao Brasil, razão pela qual, por sua livre e espontânea vontade, adquiriu a nacionalidade espanhola. José, brasileiro naturalizado, atentou com o Estado Democrático e a ordem constitucional, motivo pelo qual o Ministério Público Federal requereu o cancelamento de sua naturalização.

Acerca dos casos narrados, conforme o disposto no texto da Constituição Federal, aponte a única alternativa correta.

- a) João perdeu a nacionalidade brasileira, porque fez opção pela nacionalidade espanhola.
- b) José, pelo motivo narrado, não pode sofrer o cancelamento de sua naturalização, uma vez que o Estado não pode punir o nacional com a perda de nacionalidade.
- c) No caso de João, a declaração de perda de nacionalidade somente poderá ocorrer se ele fizer pedido expresso à autoridade brasileira competente.
- d) O cancelamento da naturalização de José poderá ser feito, em decorrência de ter praticado ato atentatório ao Estado Democrático e à ordem constitucional, por decreto do Presidente da República.
- e) A Constituição Federal não admite hipóteses de declaração de perda da nacionalidade, ainda que haja pedido expresso.

30. Ana e Maria são casadas com Prefeitos de dois municípios do Estado Alfa. Ana não possui mandato eletivo e seu esposo já está no segundo mandato consecutivo. Ana pretende concorrer a vereadora no município em que seu cônjuge é o Chefe do Executivo. Maria se divorciou de José no terceiro ano de seu mandato como Prefeito. Nas próximas eleições, Maria pretende concorrer a Prefeita do mesmo município em que José exerce seu mandato. Com base na Constituição Federal e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- a) Ana e Maria não estão inelegíveis para concorrer aos referidos cargos eletivos.
- b) Apenas Maria está inelegível para concorrer ao referido cargo eletivo.
- c) Apenas Ana está inelegível para concorrer ao referido cargo eletivo.
- d) Ana e Maria estão inelegíveis para concorrer aos referidos cargos eletivos.
- e) A inelegibilidade de Ana, para concorrer ao referido cargo, só seria afastada se o casamento tivesse terminado no primeiro ano do mandato.

NOÇÕES DE DIREITO DO CONSUMIDOR

Paulo Sousa

31. João adquiriu uma bicicleta elétrica por meio de uma plataforma de vendas online. O produto foi entregue com defeito no sistema de bateria, impossibilitando seu uso. Ao procurar o vendedor na plataforma, foi informado de que o site apenas intermedia a negociação entre usuários e que, portanto, não teria responsabilidade sobre o problema. Sentindo-se lesado, João pretende recorrer ao Código de Defesa do Consumidor para responsabilizar todos os envolvidos.

Com base no caso apresentado e no Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa correta:

- a) João não pode ser considerado consumidor, pois adquiriu o bem por meio de outro consumidor, sem relação direta com um fornecedor.
- b) A bicicleta elétrica não é considerada produto pelo CDC, por ser um bem de uso pessoal e não essencial.
- c) A plataforma digital de intermediação pode ser considerada fornecedora, e a bicicleta elétrica é produto nos termos do CDC, razão pela qual João está amparado pelas normas consumeristas.
- d) A relação entre João e a plataforma de vendas não configura relação de consumo, uma vez que não há contrato formal entre as partes.
- e) Como o defeito foi detectado após a entrega, não há obrigação legal da plataforma ou do vendedor em reparar ou substituir o produto.

MATEMÁTICA
Eduardo Mocellin

32. Na fazenda de Jacinto foram plantadas 98 mudas de pitaya, o triplo de mudas de amora e mudas de mirtilo. Caso fossem plantadas mais 23 mudas de amora, o total de mudas plantadas corresponderia ao sétuplo do número de mudas de pitaya plantadas. A quantidade de mudas de mirtilo plantadas foi:

- a) 392
- b) 294
- c) 271
- d) 173
- e) 162

33. Em uma empresa com 840 trabalhadores, a razão entre homens e mulheres é $7/5$. A empresa dispensará 40 homens e contratará mulheres, de modo que a razão entre homens e mulheres passe a ser $2/3$. Após as demissões e as contratações, o número total de trabalhadores da empresa aumentará em

- a) 250
- b) 285
- c) 325
- d) 350
- e) 390

34. Seja N o menor número inteiro, maior do que 3, que, dividido por 4, por 5, por 9 ou por 20, deixa sempre resto 3.

A soma dos algarismos de N é

- a) 8.
- b) 9.
- c) 10.
- d) 11.
- e) 12.

35. Durante uma expedição, um explorador navegou por 20 minutos a uma velocidade constante de 15 km/h e, em seguida, caminhou por 40 minutos a uma velocidade constante de 6 km/h.

A velocidade média do explorador em todo o trajeto foi de:

- a) 10,5 km/h
- b) 9 km/h
- c) 8 km/h
- d) 7,5 km/h
- e) 7 km/h

36. Um operário iniciou a pintura de um muro às 9h15min. Às 10h45min, havia finalizado 25% da área total. Mantendo o mesmo ritmo de trabalho e sem pausas, o término da pintura ocorrerá às:

- a) 14h30min
- b) 14h45min
- c) 15h
- d) 15h15min
- e) 15h30min

37. Ao jogar-se quatro dados tradicionais numerados de 1 a 6, a probabilidade de obtermos quatro números iguais é:

- a) $\frac{1}{6}$
- b) $\frac{2}{3}$
- c) $\frac{1}{6^2}$
- d) $\frac{1}{6^3}$
- e) $\frac{1}{6^4}$

2º Simulado Especial CNU (Bloco Temático 9) - 09/08/2025

38. No exercício do seu trabalho, um entregador de aplicativo verificou que a distância entre duas casas é de 1.100 jardas. Sabe-se que 1 jarda é equivalente a 3 pés, que 1 pé equivale a 12 polegadas e que uma polegada é equivalente a 2,54 cm.

Em metros, a distância entre as casas é, aproximadamente:

- a) 990m
- b) 1.006m
- c) 1.028m
- d) 1.047m
- e) 1.075m

39. Para pintar o prédio em que está localizado o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), são necessários 9 pintores trabalhando 7 horas por dia durante 40 dias. O total de dias necessários para se pintar o prédio, dispondo-se de 12 pintores trabalhando 5 horas por dia, é:

- a) 35
- b) 54
- c) 42
- d) 36
- e) 30

40. O preço de venda de um carro foi reajustado em 25%. Para honrar uma negociação, a concessionária precisa vendê-lo a um cliente pelo preço anterior ao do reajuste. Para que o desconto, em porcentagem, seja discriminado na nota fiscal, a concessionária deverá, sobre o novo preço do carro, conceder um desconto de

- a) 18%
- b) 20%
- c) 22%
- d) 24%
- e) 26%

41. Um capital de R\$ 2.400,00 rendeu R\$ 130,00 de juros. Sabendo-se que a taxa de juros simples contratada foi de 2,5% ao ano, o período de aplicação, em meses, foi de:

- a) 22
- b) 24
- c) 26
- d) 28
- e) 30

42. Três jardineiros encontraram um canteiro com flores raras em um jardim abandonado. Como já estava escurecendo, decidiram voltar no dia seguinte para dividir as flores igualmente entre si.

Cada jardineiro era honesto, mas desconfiava dos outros dois. Durante a noite, cada um voltou ao jardim em momentos diferentes, sem se verem, colheu $\frac{1}{3}$ das flores que encontrou no canteiro e levou para casa.

Após as três visitas noturnas, uma fração das flores originais permaneceu no canteiro.

A fração de flores que ficou no canteiro foi:

- a) $\frac{1}{3}$
- b) $\frac{1}{4}$
- c) $\frac{2}{9}$
- d) $\frac{4}{9}$
- e) $\frac{8}{27}$

43. A potência gerada por uma turbina eólica é diretamente proporcional à área das pás e ao quadrado da velocidade do vento.

Quando um vento de 25 km/h atinge pás com área total de $1m^2$, a turbina gera 10 kW de potência.

A velocidade do vento necessária para gerar 40 kW em uma turbina com pás de $16m^2$ será:

- a) 6,25 km/h
- b) 8,0 km/h
- c) 12,5 km/h
- d) 16,5 km/h
- e) 20,0 km/h

44. Em um parque de diversões, o número de brinquedos visitados por 10 crianças durante um dia corresponde ao seguinte conjunto ordenado de valores:

4,5,5,9, a, 14,16,18, b, 21

Sabendo-se que a média e a mediana do número de brinquedos visitados por essas 10 crianças foram, ambas, iguais a 12, o valor de $a + b$ é:

- a) 28
- b) 29
- c) 30
- d) 31
- e) 32

REGULAÇÃO

Nick Simonek

45. Desregulação é o processo de

- a) supervisão sem fiscalização, sendo uma das principais atividades das agências reguladoras.
- b) orientação que se refere a um conjunto de regras e normas estabelecidas pelo Estado, para controlar e orientar o comportamento de consumidores em determinados setores da economia.
- c) interação entre as agências reguladoras e o CADE, sendo essencial para garantir a efetividade das políticas de regulação e defesa da concorrência.
- d) redução ou eliminação de normas governamentais em um setor econômico, com o objetivo de aumentar a eficiência econômica, reduzir custos para as empresas e promover a inovação e a concorrência.
- e) reintrodução ou modificação de regulamentações em resposta a falhas de mercado, crises econômicas ou mudanças nas prioridades políticas e sociais.

46. Sobre aspectos referentes à regulação da atividade econômica, é correto afirmar:

- a) A regulação disciplina a atuação de monopólios naturais, que são aqueles decorrentes do domínio da oferta de recursos naturais, como distribuição de água potável.
- b) A regulação disciplina a ocorrência de externalidades, as quais dizem respeito aos custos que as firmas incorrem após a saída do produto da fábrica, como custos de transporte.
- c) A ação governamental de regulação visa reduzir a assimetria de informação que ocorre em mercados competitivos em que os produtos das firmas são homogêneos.
- d) A tendência de desregulação ocorrida a partir do Governo Reagan nos Estados Unidos tem tido como objetivo assegurar e ampliar a ação e a eficiência de indústrias estatais.
- e) O problema do principal-agente ocorre quando agentes adotam um comportamento para maximizar seus interesses que são contrários aos dos principais

47. Com o crescente papel regulador do Estado, diversas teorias buscaram dar conta do fenômeno regulatório, com foco, principalmente, nas interações entre atores públicos e privados. A esse respeito, analise as afirmativas a seguir.

I. De acordo com a Teoria da Captura, as interferências política, pessoal e econômica que atingem os usuários-consumidores podem impedir decisões de cunho técnico e enfatizar interesses particulares. Assim, por definição, a captura ocorre quando interesses privados, ainda que não preponderem no início, ultrapassam o interesse público, e as agências reguladoras se curvam à influência dominante dos regulados ou são capturadas pelos seus interesses.

II. A Teoria do Agente-Principal se interessa pelo relacionamento entre dois atores econômicos (um é o principal e o outro é o agente). O agente dispõe de um conjunto de possíveis comportamentos a adotar e suas ações afetam o bem-estar entre as partes e dificilmente são observáveis pelo principal. A análise consiste, então, em como um ator econômico (principal) estabelece um sistema de compensação (contrato) que motive o outro ator (agente) a agir de acordo com o interesse do primeiro. Mesmo admitindo a vigência de um contrato entre as partes (ex.: contrato de concessão), a relação e o cumprimento dos dispositivos contratuais se enquadram em um contexto de informação assimétrica, pois o principal dispõe de um conjunto imperfeito de informações sobre o agente. Se essas informações são referentes à estrutura de custos do agente (empresa regulada), é de se esperar que o principal (agência reguladora) tenha uma base de conhecimento que depende da confiabilidade das informações prestadas pelo agente.

III. A Teoria Econômica da Regulação tem por fundamento o conceito de “eficiência econômica”, seja sob o prisma produtivo, distributivo ou alocativo. O primeiro se traduz na utilização da tecnologia e da planta produtiva instalada com o máximo de rendimento e mínimo custo; o segundo consiste na capacidade de eliminação de rendas

monopolísticas e/ou outros ganhos temporários de agentes econômicos individuais, rendas essas obtidas em virtude de ausência de concorrência; o terceiro (alocativo) impõe que um resultado econômico é mais eficiente do que outro se ele é superior de Pareto, o que geralmente ocorre quando há a realização de um maior número de transações e, portanto, maior renda é gerada.

A respeito da Teoria da Captura, da Teoria do Agente-Principal e da Teoria Econômica da Regulação, está correto o que se afirma em

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) Todas estão erradas

48. Em relação aos objetivos do sistema regulador, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () A eficiência econômica deve ser perseguida, para que o maior volume de transações ocorra.
- () O objetivo distributivo visa a redução da apropriação de excedentes do consumidor pelo produtor.
- () A qualidade dos serviços deve ser aumentada, mas sempre a um preço considerado justo.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) V, V e V.
- b) V, V e F.
- c) V, F e V.
- d) F, V e V.
- e) F, F e V

49. A análise de impacto regulatório de uma proposta de proibição de venda de bebidas alcoólicas em supermercados deve considerar as seguintes variáveis:

- a) opinião dos consumidores e repercussões políticas.
- b) valores morais e religiosos da maioria da população.
- c) melhoria da saúde pública e restrição à liberdade econômica.
- d) importância de controlar o consumo de produtos perigosos e queda na arrecadação tributária.
- e) limitação da escolha individual e respeito à dignidade da pessoa humana

50. Regulação e auto-regulação são modalidades de intervenção na economia que:

- a) visam a estimular ações comuns das pessoas a elas submetidas.
- b) facilitam a prevalência dos interesses dos regulados na modelagem das normas.
- c) refletem normas socialmente típicas.
- d) alteram comportamentos quando dissonantes dos interesses gerais.
- e) resultam em captura do mercado

51. De acordo com a Teoria da Agência, também chamada Teoria do Agente Principal, indique a opção falsa.

- a) O agente contrata o principal ou depende dele para a realização de uma tarefa em seu benefício.
- b) O principal incorre em custos para ter certeza que o agente está agindo de modo apropriado.
- c) A governança corporativa cuida do alinhamento dos interesses em uma relação agente-principal.
- d) O principal sabe que o agente dispõe de informações privilegiadas (assimétricas).
- e) A teoria do agente principal assume que os indivíduos são criativos, mas egoístas e maximizadores de utilidade

52. Analise as seguintes afirmativas sobre a importância e os objetivos da regulação, tomando por base Giambiagi & Além (2011), e assinale com V as verdadeiras e com F as falsas.

- () A necessidade de um sistema regulador eficiente é fundamental à medida que o processo de privatização chega à prestação dos chamados serviços de utilidade pública. Estes constituem o foco de atuação da regulação estatal.
- () A diferenciação entre poder concedente e poder regulador é importante, porque eles não podem, em nenhuma circunstância, ser exercidos conjuntamente. O primeiro é o titular da obrigação da prestação do serviço, e segundo é responsável pelo planejamento.
- () Uma vez que o poder concedente se decide pela concessão de serviços sob o regime de monopólio, ele tem de dar andamento ao processo de concessão, a qual, após executada, é avaliada pelo poder regulador, que faz cumprir as condições do contrato.
- () O poder regulador tem a obrigação de zelar pelas regras estabelecidas setorialmente para a prestação dos serviços de utilidade pública por parte de terceiros, garantindo a qualidade do serviço a ser prestado a um preço justo.
- () Cabe ao órgão regulador a defesa e interpretação das regras, além da sugestão de novas regras que facilitem as relações e resolvam os conflitos entre os atores – incluindo também os possíveis conflitos com o poder concedente.

Assinale a sequência CORRETA.

- a) V F V F V
- b) F V F V F
- c) V F F V V
- d) F V V F F
- e) F F V F V

53. O estabelecimento de regras é essencial para que a relação entre poder regulador e concedente seja a mais eficiente possível. São essenciais, por exemplo, a criação e estabelecimento de regras de concorrência, definindo-se quais mercados serão abertos, para quantos concorrentes e como assegurar uma justa competição.

Em relação ao papel do Estado Regulador no desenvolvimento de uma economia, avalie se cada afirmativa a seguir é falsa (F) ou verdadeira (V).

- () A regulação dos mercados foi um meio encontrado pelos governos para a prevenção e punição de práticas antitrustes.
- () O Estado, através da regulação, avalia a existência de poder de mercado elevado, decorrente da maior concentração em neste mercado, cujas empresas podem visar ganhos de escala.
- () O Estado visa combater a existência de mercados contestáveis, devido à existência de barreiras à entrada, como por exemplo, a exigência de tecnologia específica para atuar nesses mercados. As afirmativas são, respectivamente,

- a) V, V e V.
b) V, F e V.
c) V, V e F.
d) F, V e V.
e) F, V e F

54. Em mercados competitivos, admite-se a possibilidade da livre entrada e da livre saída, sem quaisquer restrições. Esse é um dos principais pressupostos do conceito da livre concorrência. Entretanto, alguns setores passam pelo processo regulatório, que envolve, entre outros, o controle de entrada e saída de agentes econômicos desses mercados. Nesses casos, a entrada é controlada por meio

- a) do estabelecimento de metas a serem atingidas pelas firmas nos setores regulados.
- b) de parcerias público-privadas apresentadas e que constituirão a garantia de que os investimentos necessários serão realizados.
- c) da fixação de margens máximas e mínimas para a produção ou prestação do serviço
- d) da fixação de um padrão mínimo de qualidade e segurança determinada pela agência reguladora do setor correspondente.
- e) do estabelecimento do montante do patrimônio líquido em função do volume de investimentos a serem realizados.

55. Em determinado Município, após a realização de estudos acerca da melhor forma de impulsionar a eficiência da Administração Pública, concluiu-se que seria pertinente a criação de uma entidade administrativa para exercer atividade regulatória no âmbito dos serviços públicos locais, a qual deveria ser dotada das seguintes características: personalidade jurídica de direito público, autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira reforçadas, ausência de subordinação hierárquica, investidura a termo de seus dirigentes e estabilidade durante os mandatos.

Nesse contexto, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca do tema, assinale a alternativa correta.

- a) As características apontadas delimitam uma Agência Reguladora, entidade que, contudo, não pode ser criada pelos Municípios no âmbito de sua organização administrativa, na medida em que apenas podem ser instituídas pela União.
- b) O Município deveria criar um órgão colegiado na estrutura da Secretaria dos serviços públicos em análise, a fim de conferir-lhe as características delineadas nos mencionados estudos para o exercício da atividade regulatória.
- c) Diante das características narradas, deve ser criada uma empresa pública, a qual deverá ser outorgado o monopólio dos serviços públicos em questão, a fim de que lhe seja conferido o tratamento de Fazenda Pública.
- d) Não é viável a criação da referida entidade administrativa com a característica de ausência de subordinação hierárquica, pois necessariamente existe hierarquia entre a Administração Direta e a Indireta.
- e) Considerando a característica atinente à investidura de seus dirigentes, a norma que venha a criar a entidade administrativa em comento não poderá estabelecer a viabilidade de exoneração ad nutum de tais dirigentes

56. No que se refere às entidades da Administração Indireta federal, o controle administrativo por meio do regime de “tutela”, também chamado de “supervisão”,

- a) é aplicável apenas às pessoas jurídicas de direito público, não alcançando as pessoas jurídicas de direção privado, sujeitas a regime de mais ampla autonomia.
- b) consiste na subordinação hierárquica da entidade da Administração Indireta a determinado órgão da Administração Direta, geralmente, um Ministério.
- c) não alcança as agências reguladoras, em decorrência de sua natureza especial.
- d) pressupõe, independentemente de previsão legal, a possibilidade de interposição de recurso em face das decisões tomadas pela maior autoridade da entidade da Administração Indireta, devendo ser dirigido à autoridade da Administração Direta à qual está vinculada.
- e) limita-se à nomeação dos respectivos dirigentes, pois tais entidades são dotadas de capacidade de autoadministração

57. As agências reguladoras têm como características a autonomia funcional, decisória, financeira e administrativa. Apesar das prerrogativas previstas em lei, elas devem seguir algumas regras específicas.

Assinale a opção que indica uma dessas regras.

- a) A elaboração de plano estratégico bienal, em consonância com as diretrizes decorrentes da subordinação hierárquica perante o ministério supervisor.
- b) A contratação de dirigentes por meio de procedimento idôneo e formal, respeitada arguição pública no Senado Federal, além de mandato fixo destituível apenas por condenação judicial transitada em julgado.
- c) A adoção de práticas de gestão de riscos e controles internos, bem como elaboração de programa de integridade visando o combate a fraudes e atos de corrupção.
- d) A qualificação como agência reguladora recebida por ministro da justiça, por ato vinculado, desde que apresentado plano de reestruturação e desenvolvimento para a melhoria da gestão.
- e) O estabelecimento de conselho fiscal e administração com composição paritária, constituído por agentes públicos e membros da sociedade civil, vedada remuneração

58. A Lei federal nº 13.848/2019 trouxe novas regras sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras federais. Dentre as inovações relativas ao seu regime jurídico, a lei prevê a

- a) destituição do dirigente da agência reguladora por deliberação do Senado Federal.
- b) submissão das agências ao controle externo da Controladoria-Geral da União.
- c) possibilidade de prover diretamente seus cargos, por ato do diretor-presidente.
- d) ausência de regime de tutela em relação à Administração direta federal.
- e) inclusão do Banco Central dentre as agências reguladoras federais.

59. A Nova Lei das Agências Reguladoras e a Lei da Liberdade Econômica preveem que as propostas de edição e de alteração de atos normativos de interesse geral de agentes econômicos, consumidores ou usuários de serviços prestados devem ser precedidas da realização de

- a) AIR.
- b) EIA.
- c) RIMA.
- d) EIA/RIMA.
- e) EVTE

60. Uma das funções do Estado na execução da política regulatória é mitigar as denominadas falhas de mercado em que a intervenção governamental na economia busca o atingimento do nível de alocação socialmente ótimo.

Nesse sentido, é correto afirmar que:

- a) o meio ambiente sustentável é considerado um recurso comum, não rival e não exclusivo, e, devido à existência do problema do holdout, o governo falha em garantir seu uso racional;
- b) a existência de um monopólio natural no setor de infraestrutura é uma falha de mercado e exige que o governo implemente uma política regulatória para que as tarifas ofertadas sejam iguais ao custo marginal da firma;
- c) as externalidades não são falhas de mercado, pois há um benefício externo à sociedade advindo da decisão dos agentes, sendo eventualmente necessária a intervenção governamental via imposição de quotas de produção;
- d) um governo probo e eficiente pode ser visto como um bem público puro apesar de ser possível excluir algum cidadão do benefício de um bom governo, de forma que a legislação que permite o controle social evitaria o problema do carona (free rider);
- e) os bens meritórios, apesar de não apresentarem todas as características de bens públicos puros, geram externalidades positivas e sua provisão deve ser estimulada pelo governo via, por exemplo, o estabelecimento de subsídios à produção pelo setor privado

61. A existência de falhas de mercado aponta que a alocação de mercado não é eficiente no sentido de Pareto.

Dentre os exemplos de falhas de mercado e suas características, não é possível apontar

- a) a assimetria de informações, quando uma das partes envolvidas na transação detém dados não observados pela outra parte.
- b) a existência de bens públicos, visto que o setor privado não poderia impedir o consumo por parte de free riders.

- c) externalidades negativas, quando a ação de um agente afeta negativamente outro agente.
- d) a existência de monopólio, gerando abuso de poder de mercado e preços elevados do bem ofertado.
- e) mercados com número suficientemente grande de empresas, sendo que nenhuma isoladamente consegue influenciar o preço

62. As falhas de mercado para determinados serviços podem ser mitigadas por meio

- a) da natureza e do propósito dos ativos e passivos no setor público.
- b) do papel regulador das entidades do setor público.
- c) de estatísticas de finanças públicas.
- d) de demonstrações contábeis de propósito geral.
- e) de divulgação do orçamento público

63. A participação do Estado na economia e a consequente justificativa para a existência da despesa pública pode ser atribuída à existência de falhas de mercado.

Nesse sentido, é correto afirmar que, dentre os diferentes tipos de falhas de mercado:

- a) o governo pode responsabilizar-se diretamente pela produção de um serviço referente a um setor caracterizado pelo monopólio natural;
- b) o princípio da exclusão no consumo de bens públicos torna a solução de mercado ineficiente, exigindo a participação governamental direta na sua produção;
- c) a presença de assimetria de informações e de mercados incompletos não é considerada falha de mercado, sendo ineficaz a intervenção governamental;
- d) a existência de externalidades positivas justifica a intervenção do Estado por meio da imposição de multas ou impostos como forma de desestímulo à sua produção;
- e) a produção de bens públicos puros requer o caráter meritório como justificativa à intervenção governamental ao ofertar o excesso de demanda não suprido pelo setor privado

64. A justificativa para privatização, no âmbito da reforma do Estado, conforme descrita no enunciado, deve-se à mudança na falha de mercado conhecida como:

- a) bem público não rival;
- b) desemprego e inflação;
- c) externalidade negativa;
- d) falha de informação;
- e) monopólio natural.

65. Em relação ao tema de falhas de mercado e produção de bens públicos, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- () A solução de mercado tende a ser ineficiente na provisão de bens públicos devido ao caráter não-excludente desses bens, visto que não há definição de direito de propriedade sobre esse grupo de bens.
- () A existência de caronas como beneficiários de um bem público exige que o governo seja o responsável pela sua provisão e financiamento, por meio da cobrança de impostos.
- () Um bem público, por ser indivisível, pode ser tanto tangível como não tangível.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) V, V e V.
- b) V, V e F.
- c) V, F e V.
- d) F, V e F.
- e) F, F e F.

66. Existem três funções básicas do governo que buscam mitigar as ineficiências dos mercados numa economia.

O exercício dessas funções NÃO terá o seguinte resultado:

- a) aumento das assimetrias de informações
- b) estabilização de preços
- c) fornecimento de bens públicos

d) redução das desigualdades de distribuição de renda

e) Regulação da oferta de monopólios naturais

67. Imagine que a Agência Reguladora Federal Alfa foi cooptada pelo setor empresarial regulado, diante do forte poder econômico das empresas atuantes no mercado. Assim, a Agência Alfa acabou por abandonar a atuação imparcial e técnica que deveria ter e passou a operar em benefício dos próprios regulados, servindo de instrumento para proteção e benefício de interesses setoriais que deveriam ser fiscalizados.

Essa situação hipotética é tratada pela doutrina de Direito Administrativo como teoria

- a) dos motivos determinantes.
- b) do risco administrativo.
- c) da captura.
- d) da aparência.
- e) do fato consumado

68. No processo de reestruturação do Estado, ocorrido no século passado, alguns serviços que eram exercidos pela administração pública foram transferidos para o setor privado. Com o intuito de regular essas atividades, objetivando garantir um padrão de qualidade, foram criadas as agências reguladoras para essa função.

Em relação a essas agências e ao seu funcionamento, assinale a afirmativa correta.

- a) Possuem uma função meramente consultiva, não possuindo qualquer poder normativo.
- b) São dependentes e subordinadas ao Poder Legislativo, atuando em consonância com suas orientações.
- c) São instituídas por meio de contratos de gestão, podendo perder a qualificação caso ajam em desacordo com as normas previstas.
- d) Podem receber esse status apenas as autarquias enquadradas como agências executivas.
- e) Podem ser criadas no âmbito das três esferas do governo

Discursiva 1

Com o avanço acelerado da tecnologia, surgem novos mercados, produtos e modelos de negócio. Cabe ao Estado acompanhar essas mudanças com regras claras, mas sem inibir o desenvolvimento. A regulação é um entrave à inovação ou um instrumento para garantir sua sustentabilidade? Como atualizar a ação do Estado diante de novas tecnologias?

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Discursiva 2

Você já reparou como a ansiedade se tornou uma presença constante no vocabulário cotidiano? Não é raro ouvir alguém dizer que está “com crise de ansiedade” diante de tarefas simples, ou ver jovens sobrecarregados pelo futuro antes mesmo de viverem o presente. Para muitos, trata-se de um mal invisível, silencioso, mas profundamente corrosivo. No entanto, será mesmo que estamos mais frágeis? A ansiedade, nessa perspectiva, não seria apenas uma disfunção clínica, mas um sintoma social do nosso tempo? Seria justo, então, responsabilizar os indivíduos por um sofrimento que talvez seja estrutural?

Com base no texto acima, produza um texto dissertativo-argumentativo, em que expresse sua opinião sobre as causas da epidemia de ansiedade na contemporaneidade, explorando diferentes perspectivas que ajudem a compreender a complexidade do problema.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>